

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2023

#### PROCESSO Nº 59550.000743/2023-09-e

#### ITEM OU GRUPO

Aos quinze dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto Social da CODEVASF aprovado pelo Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, e alterado pelas Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 13 de abril de 2017, de 08 de agosto de 2017, de 23 de março de 2018 e de 21 de fevereiro de 2020 e pelas Atas da Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2018 e de 18 de abril de 2019, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Sr. **RICARDO ALEXANDRE LISBOA VIEIRA**, Superintendente Regional da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF - Substituto, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 99001025634, expedida pela SSP/AL, e do CPF 018.486.334-16, residente e domiciliado em Maceió/AL, nomeado, e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decretos n.ºs 10.024/2019 e 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei 13.303/2016 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 42/2023**, com o objeto detalhado nesta Ata, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15/02/2024, seção 3, p. 60 e, homologado pela Resolução nº 161, de 07/02/2024, da Diretoria Executiva, pelo Sr. Diretor-Presidente da CODEVASF, constante do Processo nº 59550.000743-09-e, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **MASAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO – CNPJ nº 96.299.219/0001-02**, com sede na Rua Alfredo Caetano, n.º 02, Bairro Pitangueiras, Santo Antônio da Patrulha/RS, CEP: 95500-000 telefone nº (51) 3662.3066, E-mail: [licitacoes@masal.com.br](mailto:licitacoes@masal.com.br), representada por seu representante legal, Sr(a). **MAREMILIA PAZ BIER**, residente e domiciliado na rua Santo Inácio, n.º 473, apto. 202 Bairro Moinhos de Vento, CEP 90570-150, RG nº 1066403799, CPF nº 939.298.700-53, atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens



a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o fornecimento, carga, transporte e descarga, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de 20 (vinte) caminhões equipados com caçamba basculante, para 6 (seis) m<sup>3</sup> de matéria granulada, com porta de acionamento automático por basculação e manual do tipo porteira; 30 (trinta) caminhões equipados com caçamba basculante para 10 (dez) m<sup>3</sup> de matéria granulada, com porta de acionamento automático por basculação e manual do tipo porteira; 10 (dez) caminhões equipados com balsa lateral dupla e braço de escavação traseiro para valetamento; e 5 (cinco) caminhões equipados com máquina varredeira; para futura doação às prefeituras municipais, bem como outras instituições públicas, capazes de auxiliar no desenvolvimento de territórios por meio da construção de infraestrutura, no estado de Alagoas, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 42/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUAN.	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR GLOBAL (EM R\$)
5	CAMINHÃO EQUIPADO COM DUAS CAÇAMBAS BASCULANTES E BRAÇO COM CONCHA PARA ESCAVAÇÃO - Caminhão 4x2, novo zero km, ano/modelo mínimo 2022/2023, cabine em aço, diesel, motor 4 cilindros, 5 marchas à frente e 1 a ré, potência mínima de 160cv, torque mínimo de 590 Nm, tanque de combustível mínimo de 150L, suspensão dianteira e traseira conforme linha de produção do fabricante, PBT homologado de 10.500kg, com MP3 player, com entrada USB e compatível com tecnologia Bluetooth, rádio com alto-falantes, tweeters e antena; ar condicionado, vidros elétricos; cabine com isolamento termo acústico; tacógrafo; com todos os equipamentos e acessórios exigidos	UND	8	819.000,00	6.552.000,00



<p>pelo Código Brasileiro de Trânsito (cintos de segurança e outros). Implementado com caçambas basculantes bilateralmente e braço escavadeira para abertura de valetas, com as seguintes especificações: equipado com 2 (DUAS) caçambas basculantes de aço de alta resistência entre a cabine e o equipamento de braço hidráulico valetadeira devem obedecer as dimensões recomendadas pelas normas de trânsito, as tampas laterais com aberturas removíveis, parte traseira com tampa fixa; dimensões unitárias para cada caçamba basculante 1700 x 2200 x 450 (CxLxA) mm, devem ser conferidas e ajustadas para a instalação das caçambas serem compatíveis com a valetadeira e sua dimensão; na caçamba atrás da cabine deverá ser instalado malha reforçada para transportes de tubos; caixa metálica para ferramentas, com dimensões aproximadas da caçamba, instalada em estrutura que proporcione resistência mecânica e elevada segurança operacional entre a cabine e a primeira caçamba, sendo sua solda de bom aspecto e sem a presença de porosidade; Ângulo Mínimo Basculante 60°, caçambas construídas em chapas de aço com as seguintes espessuras: assoalho espessura de 3/16" lisa, tampas laterais e painel frontal e traseiro com espessura de 3,0 mm lisa, proporcionando resistência mecânica e elevada segurança operacional, os cordões de solda devem apresentar um aspecto bom, sem presença de porosidade ou diminuição de secção; sistema hidráulico das caçambas basculante deve ser por meio de cilindro central telescópico de dois estágios e duplo efeito, quando de sua instalação os comandos do braço valetador deverão receber mais um corpo responsável pelo acionamento do cilindro de basculamento; as caçambas devem permitir o basculamento lateral para ambos os lados combinando o bloqueio dos pinos de uma lateral com a liberação dos pinos do lado oposto, sendo que a construção deve ser tal que, durante o transporte os dois lados estejam bloqueados, evitando com isso o movimento das caçambas durante trajeto; durante o basculamento os pinos de uma lateral devem estar livres e da oposta bloqueadas, e a alavanca do cilindro de basculamento deve ser diferenciada das demais para evitar a utilização involuntária durante operação da retroescavadeira; sistema de controle para que em caso de falha do sistema hidráulico não ocorra uma queda brusca durante a operação (a operação das</p>				
---	--	--	--	--



<p>caçambas basculante devem ser simples, mas que exija cuidados para evitar acidentes); entre a caçamba e a cabine deverá ser instalada uma caixa de ferramenta, dividida em 6 compartimentos conforme descrição a seguir e desenho: Parte 1 tamanho 0,35m x 0,50m x 0,50m para guarda de hidrômetros, conexões e ferramentas pequenas; Parte 2 tamanho 0,35m x 0,50m x 0,50m para guarda de hidrômetros, conexões e ferramentas pequenas; Parte 3 tamanho 0,70m x 0,50m x 1,20m para guarda de rolos de mangueiras, com tampa superior e gancho para cadeado na tampa; Parte 4 tamanho 0,35m x 0,50m x 0,50m para guarda de hidrômetros, conexões e ferramentas pequenas; Parte 5 tamanho 0,35m x 0,50m x 0,50m para guarda de hidrômetros, conexões e ferramentas pequenas; Parte 6 tamanho de 0,50m x 0,50m x 2,20m com acesso pela duas laterais para guarda de ferramentas como, pás, picaretas, alavancas etc; nas duas laterais a porta deverá ter inteiriça, para fechamento das partes 1 – 2 – 6 de um lado e 4 – 5 – 6 de outro lado e gancho para cadeado porta. O braço escavador deverá contar com as seguintes especificações mínimas: deve ser instalado na parte traseira do veículo, sobre o prolongamento livre das longarinas do sobre chassi da valetadeira, estendendo-se desde o eixo traseiro até a extremidade do balanço traseiro do veículo, onde deverá estar instalado o parachoque. Este equipamento será fornecido dentro dos padrões de segurança veicular estabelecidos pelo CONTRAN, sendo que o fornecedor se designará responsável pelo projeto, confecção e instalação. Quanto à distribuição de peso por eixos e posicionamento do para choque para que suas dimensões se encaixem perfeitamente as do veículo, deve possuir giro que possibilitará posicionar o braço da valetadeira no interior das caçambas para deslocamento seguro. Valetadeira Hidráulica, sobre chassi, caçamba na extremidade construída em formato de concha dotada de dentes auto-afiante, bomba hidráulica de engrenagem, comando direcional múltiplo dotado de válvulas de alívio, anti choque/anti cavitação e cilindros hidráulicos, o braço valetador deverá executar movimentos de ascensão e descida, aproximação e afastamento do braço, além da extensão e recolhimento da lança, aumentando a amplitude e profundidade de escavação. Acionamento pela TDP, (Tomada de Potência), do veículo. Ancoragem através sobre-chassi e</p>				
---	--	--	--	--



sapatas modelo em H; Funcionamento. Braços articulados acionados através de atuadores hidráulicos. A valetadeira hidráulica deverá garantir, no mínimo, as seguintes características: profundidade mínima de escavação de 2,40m; altura mínima de descarga de 3,70m; distância mínima do centro de giro a extremidade dos dentes da caçamba de 4,70m; capacidade da concha de, no mínimo, 76 litros; força de escavação mínima de 2.500kgf; rendimento do trabalho de escavação de 20m <sup>3</sup> /h; ângulo máximo de giro de 420°; peso máximo do equipamento de 1.600Kg; quantidade mínima de 02 estabilizadores.				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>6.552.000,00</b>

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF – 5ª Superintendência Regional**

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este



fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, observado o disposto no § 4º do art. 22 do Decreto 7.892/13.
- 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



## **5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 5.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.
- 5.2. A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou implementos em igualdade de condições.

## **6. DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 6.1. Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº **42/2023** e seus anexos.

## **7. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

- 7.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 7.2. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 7.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 7.5. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



- a) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
  - a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

### **a) A pedido, quando:**

- a.1.) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- a.2) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

### **b) Por iniciativa da Codevasf:**

- b.1) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b.2) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b.3) não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- b.4) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;



- b.5) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- b.6) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- b.7) na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes; e
- b.8) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão (s) participante (s).

8.2. Em quaisquer das hipóteses acima, a Codevasf fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

## 9. DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no **item 23 Edital nº 42/2023**, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

10.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).



- 10.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

- 11.1. A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Diretor-Presidente da Codevasf, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 42/2023, seus anexos, e a proposta da empresa **MASAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO – CNPJ nº 96.299.219/0001-02**, vencedora dos itens relacionados no [item 2](#) desta Ata para certame supramencionado.
- 12.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 12.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:
- i. Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
  - ii. Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances
- 12.4. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Maceió/AL, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 12.5. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.



Penedo-AL, 15 de fevereiro de 2024.

---

**RICARDO ALEXANDRE LISBOA VIEIRA**  
Superintendente Regional  
CODEVASF - Substituto

---

**MAREMILIA PAZ BIER**  
MASAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO



End.: Rua Castro Alves, s/n, Bairro Santa Luzia, CEP 57200-000, Penedo/AL

Tel.: (82) 3551-9443/9444

[www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e-mail: [5a.sl@codevasf.gov.br](mailto:5a.sl@codevasf.gov.br)